

# Há um longo caminho para a Constituinte

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

É de perplexidade, senão de desalento, o clima na Assembléia Nacional Constituinte. Só por passe de mágica a nova Constituição será promulgada este ano. Isso, apesar de consumados na semana que passou os últimos atos preparatórios para que deputados e senadores possam, a partir de agora, dedicar-se à elaboração da nova Carta. De agora? Nem tanto, que ninguém é de ferro. A próxima semana, dita santa, será de repouso e descanso para suas excelências. Mais da metade não virá a Brasília.

Vai ficando claro que o calendário estabelecido no regimento interno da Constituinte não funcionará. E nem se fala dos prazos relativos ao trabalho das nove comissões e 24 subcomissões, também difíceis de serem cumpridos. Pior será quando a Comissão de Sistematização tiver recebido e preparado todo o elenco de títulos e capítulos propostos pelos demais grupos. Imagina-se que somem um mínimo de 300 artigos. Pois, para cada um, existirão nessa fase final pelo menos mais duas alternativas, através da apresentação de emendas e destaques, facultadas a cada constituinte. Estará o deputado Bernardo Cabral, assim, como relator-geral, com a missão impossível de relatar 900 temas. Depois que tiver lido tudo, começará a colocar a matéria em plenário, devendo cada artigo, bem como suas alternativas, ser apreciado em uma hora.

Serão, assim, 900 horas, só para discussão. Depois, como cada artigo também precisará ser votado isoladamente, prevê-se pelo menos mais 450 horas, intercaladas, pois exige-se a votação nominal dos 559 integrantes da Assembléia, e, de cada vez, tomem-se no mínimo 30 minutos, na melhor das hipóteses.

Note-se que essa é a última fase, a se iniciar lá para fins de outubro, mas que precisará ser repetida, pois o regimento exige votação em dois turnos. Positivamente, não vai dar. Preocupado, o deputado Ulysses Guimarães tentou enfrentar o problema na noite de quinta-feira, reunindo os presidentes e relatores das comissões e subcomissões, mas a solução imaginada, de uma prorrogação de 15 ou 20 dias, assemelha-se a gota d'água do oceano.

Várias razões contribuem para esse estrangulamento. Primeiro, porque a Assembléia Nacional Constituinte não deverá funcionar em julho, mês de recesso, e, nos demais meses, não utilizará as segundas-feiras, nem os sábados, nem os domingos, nem os feriados. Depois, porque está partindo do zero, infensos que foram seus integrantes em aceitar um texto-base, contrariando a experiência e a doutrina de outras Constituições. Cada proposta de artigo poderá ser debatida e aprovada em plenário, na última etapa dos trabalhos, quando o natural seria que um texto-base, mesmo modificado pelas comissões e subcomissões, fosse discutido apenas nos seus artigos polêmicos, aceitando-se como aprovados aqueles óbvios e naturais.

Era essa a idéia do presidente Tancredo Neves, exposta em seu discurso à Nação, logo depois de eleito. A comissão de juristas por ele anunciada não seria provisória nem marginal, como acabou sendo a de mestre Afonso Arinos, cabendo-lhe elaborar um anteprojeto que, uma vez pronto, seria submetido ao Executivo. Até aí o presidente José Sarney foi, mas, como o texto que recebeu era tão lírico quanto poético e inexecutável, preferiu arquivá-lo. Não o encaminhou à Constituinte. Tancredo talvez fizesse diferente, primeiro intervindo no trabalho dos juristas e, depois, debruçando-se nele para modificá-lo quantas vezes entendesse, junto com reduzido círculo de assessores palacianos. Isso feito, não hesitaria em formalizar o envio à

Assembléia Nacional Constituinte daquilo que seria o anteprojeto do Palácio do Planalto. Deputados e senadores, assim, partiriam de algo concreto, recusando o que quisessem recusar, mas aceitando o natural e o óbvio sem perder tempo.

Um erro subsequente, dos constituintes, foi ceder às pressões do ego da sua maioria, recusando a formação de uma grande comissão constitucional e nivelando tudo por batoto. Nunca houve isso na história das Assembléias Nacionais Constituintes. Elas sempre selecionam um grupo seleto de suas maiores expressões, seja por representatividade, seja por saber e experiência, cabendo a eles receber e elaborar propostas alternativas ao texto-base, costurando um projeto definitivo, que, evidentemente, é submetido ao plenário, na fase final dos trabalhos. Aqui, todos quiseram ser tudo, e o remédio foi formar nove comissões e 24 subcomissões, uma espécie de árvore frondosa onde cada um encontrou um galho para pendurar-se. Cada comissão fará, no âmbito de suas atribuições, aquilo que só a grande comissão faria. Criou-se um sucedâneo esmaecido dela, que é a Comissão de Sistematização, que surge limitada e contida.

A consequência de tudo está em que as comissões agora formadas têm mil prazos: 48 horas para dividir-se em subcomissões, 24 horas para eleger seus presidentes e relatores, 25 dias para oferecer sugestões, 60 dias para concluir seus trabalhos, e encaminhá-los à Comissão de Sistematização. Esta, por sua vez, dispõe de 30 dias para apresentar o projeto à Mesa, tudo em meio a subprazos, como 15 dias para cada relator apresentar seu relatório, 5 dias para discussão, 40 dias para as subcomissões enviarem seus projetos às respectivas comissões, 5 dias, nelas, para encerramento da discussão, 5 dias para o relator emitir seu parecer.

Mas tem mais. Ao receber o projeto de Constituição, que mais tarde poderá ser votado artigo por artigo, o presidente da Mesa da Constituinte ordenará sua leitura e publicação, colocando-o na ordem do dia por 40 dias. Nos primeiros 30 serão recebidas emendas. Quem a apresentou poderá falar por 20 minutos, os relatores, por 30, e os líderes dos partidos, também por 30. As emendas voltarão à Comissão de Sistematização, que terá 25 dias para emitir parecer. Novamente o projeto será publicado. Teoricamente, o encaminhamento da votação final, através dos líderes partidários, seria por títulos e capítulos, só que "ressalvadas as emendas e os destaques". Aqui, cada constituinte poderá ter emendado o projeto, daí a conta anterior das 300 horas transformadas em 900, para discussão, mais as 450 para votação.

Só isso? Nem pensar. Há um segundo turno, isto é, concluída a primeira votação do projeto, das emendas e dos destaques, em plenário, a matéria volta à Comissão de Sistematização, por dez dias. Depois será incluída de novo na ordem do dia, podendo permanecer por 15 dias. Oradores, relatores e líderes terão a palavra por dez e 15 minutos. Outra ida à Comissão de Sistematização, publicação de seu parecer no Diário Oficial e nova inclusão na ordem do dia, aí então, finalmente, para votação de caráter simbólico, quando o presidente convocará sessão especial destinada à promulgação da nova Constituição.

Essa solenidade acontecerá dia 15 de novembro, como imaginavam o dr. Ulysses Guimarães e os líderes da Assembléia Nacional Constituinte? Nem por milagre, ou, ao menos, só se deputados e senadores resolverem trabalhar pela manhã, à tarde, à noite e de madrugada, sem sábados, domingos ou feriados. Coisa que precisamos ver para crer. C.C.

## Dá vontade

Vontade de desligar-se do governo o PFL tem, concorda o deputado José Lourenço, líder do partido, engrossando o coro de deputados, senadores e até de ministros liberais insatisfeitos com o tratamento recebido. "No entanto", completa, "não o podemos fazer. Seria catastrófico. A Nova República ficaria desestabilizada, o próprio governo se abalaria a ponto de serem imprevisíveis as consequências. Diriam logo que o PFL quer unir-se aos militares para dar o golpe, coisa inadmissível e estapafúrdia".

José Lourenço, que não poupa críticas ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, acrescenta ser a hora de muita cautela e paciência. Mas de alerta, também, porque o País se assemelha ao "Titanic", prestes a bater de frente no maior dos icebergs, e com um agravante: quando aquele navio afundou não havia radar, sonar, satélite e outros mecanismos protetores. Agora, mesmo com tudo isso, a rota é de evidente colisão. E próxima.

## Dependências

Do senador Afonso Camargo, também temeroso: "Nunca pensei que o tempo de mandato do presidente da República estivesse na dependência dos índices de inflação..."

## Se ficar e se fugir

Está preocupado o senador Mário Covas, diante da investida dos governadores de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro em favor da imediata reforma do Ministério. Se o presidente Sarney mudar agora os seus ministros, dirão que cedeu a descabida pressão dos governadores, tornando-se prisioneiro deles. Se não mudar, a crise aumentará.

A solução talvez esteja na mudança, mas em seguida numa recomposição sem a participação dos governadores.

ANC 88  
Pasta 08 a 15  
Abril/87  
060